

CURIOSIDADES NO DIÁRIO OFICIAL

▶ Para garantir a ordem pública, o interventor José Carneiro da Gama Malcher determinou, em 1938, a suspensão da atividade da Associação de Bares e Botiquins e o fechamento da sede social.

▶ Em 1939, o governador José Malcher determinou a regularização do funcionamento de hotéis, pensões, hospedarias e outros estabelecimentos congêneres. Os proprietários deveriam possuir um livro para registrar entradas e saídas de hóspedes. O objetivo era proibir o acesso e permanência de menores de 18 anos em pensões ou casas de cômodos para mulheres, cabarés e outros.

▶ O interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata aprovou, em 1944, o Regulamento do Ensino Primário do Estado que, entre outras disposições, determinava que o Ensino Primário de Letras no Estado seria público e particular e o Ensino Público seria gratuito e obrigatório. O Ensino Infantil seria ministrado às crianças de 4 anos e de menos de 7 anos.

▶ Em 1945, o interventor Magalhães Barata determinou que caberia ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda localizar, na capital, cidades e vilas, os pontos em que deveriam ser instaladas as bancas de venda de jornais, revistas e outras publicações. Elas poderiam ser de madeira ou metal e feitas de prateleiras para expor os periódicos.

▶ Em 1942, o Diário Oficial do Estado publicou o Estatuto da Sociedade Paraense de Expansão Cultural. Sociedade Civil sem fins lucrativos, criada em Belém, que tinha como finalidade promover a fundação de uma instituição de ensino de filosofia, educação, ciências e letras e congregar estabelecimentos de ensino superior para a organização da Universidade do Pará.

▶ Em 1938, o interventor José Carneiro da Gama Malcher autorizou aos municípios do interior a estabelecerem um adicional de até 5% sobre todos os seus impostos tributários destinados ao fomento da produção e desenvolvimento da agricultura.

▶ A professora Margarida Schivazzappa foi autorizada por Gama Malcher, a fazer curso de aperfeiçoamento de canto orfeônico com o professor Villa Lobos, no Rio de Janeiro. Margarida Schivazzappa foi cantora, professora e folclorista e nasceu em Belém do Pará em 1895. Estudou no Instituto Carlos Gomes, e ao fim do curso obteve bolsa de estudos para fazer aperfeiçoamento no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Na época, estava como superintendente do Canto Orfeônico de Belém.

▶ Em 1897, Paes de Carvalho autorizou a transferência do Hospital dos Lázaros (que tratava de hansenianos) de Tucunduba para uma ilha ou qualquer outra localidade afastada da capital e com condições de higiene. O ato também estabelecia os meios de transporte dos gêneros e demais artigos que seriam destinados aos asilados e empregados internos do hospital.

▶ Em 1943, o interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata determinou aos diretores de repartições e chefes de serviço, que toda a matéria, seja qual fosse a natureza ou espécie, destinada à publicação na imprensa deveria, sem exceção, ser enviada à Secretaria Geral do Estado. Daí seria encaminhada ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), ou ao Diário Oficial, conforme o caso.

▶ Em 1897, o governador José Paes de Carvalho autorizou a impressão e a encadernação de um livro sobre a História do Pará, do período de 1616 a 1896. Foi produzido na tipografia do Diário Oficial. O livro era de autoria do professor Arthur Octávio Nobre Vianna.

▶ Em 1º de junho de 1897, o governador José Paes de Carvalho transformou o Conservatório de Música em Instituto Carlos Gomes. Houve acordo com a associação Propagadora das Belas Artes.

▶ Em 11 de junho de 1891, circulava a primeira edição do Diário Oficial do Estado do Pará. Foi duramente o governo de Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes.

▶ Em 15 de junho de 1891, o governador Duarte Bacellar suspendeu as garantias constitucionais no Pará. Alegava que para o completo restabelecimento da ordem e tranquilidade públicas, a situação de anormalidade no Estado exigia medidas prontas e enérgicas.

▶ Em 18 de junho de 1933, o Diário Oficial passou a funcionar como Diário do Estado. E em 18 de junho de 1935, o governador José Carneiro da Gama Malcher, determinou nova organização ao Diário, restringindo-o à publicação de atos puramente administrativos.

▶ Em 1938, o interventor José Carneiro da Gama Malcher proibiu, em todo o Estado, o corte da andirobeira e outras árvores produtoras de sementes. Além disso, determinava que as árvores já abatidas só poderiam ser exportadas depois de conhecidos e verificados os estoques. A partir de 1939 ficou vedada definitivamente, a exportação.

▶ O governador Dionísio Bentes (1925 a 1929) autorizou a instalação de uma estação balneária em Salinas, promovida diretamente pelo Estado. Para esse fim, o governo estadual entraria em acordo, no que fosse necessário, com o governo federal e os municípios de Salinas e Quatipuru. Para facilitar o empreendimento, o Estado abriria uma estrada de rodagem ligando Capanema a Salinas.

▶ Em 2 de julho de 1834, circulou no Pará, O Correio Oficial Paraense, outra publicação com o caráter de Diário Oficial. Durou apenas seis meses e foi dirigido pelo padre Gaspar de Siqueira Queiroz.

▶ O Salão de Belas Artes foi instituído pelo interventor Gama Malcher, em 1940. E foi marcado para 7 de setembro daquele ano, a abertura do 1º Salão Oficial de Belas Artes, organizado pela Diretoria da Biblioteca Pública. A data seria oficial e o salão obedeceria às normas dos salões oficiais da Escola Nacional de Belas Artes.

▶ Em 23 de setembro de 1897, foi reorganizada a estrutura administrativa da Imprensa Oficial. Foram criadas a Central e a Seção de Arte. Havia departamento tipográfico, estampanaria, serviços acessórios, fundição de tipos e oficina de máquinas de composição e impressão.

▶ Em 1925, o governador Dionísio Bentes autorizou, sem caráter de exclusividade, a Lauro da Silva Rosado, concessão para montar no Estado uma fábrica de fiação, tecelagem e estampanaria. O concessionário ficaria dispensado do pagamento dos impostos de indústria e profissão, durante os dez primeiros anos, e também do pagamento dos direitos de exportação do produto da fábrica, pelo mesmo prazo.

▶ Durante o governo de Lauro Sodré, o Diário Oficial do Estado publicava também algumas decisões do Supremo Tribunal Federal. Foi o caso do habeas corpus impetrado pelo advogado Goulart de Andrade em favor da D. Izabel de Bragança e seus filhos, membros da família imperial do Brasil, para poderem entrar e sair do território nacional.

▶ Em 1880, o maestro Carlos Gomes regressava ao Brasil, após estreia na Itália da ópera “O Guarani”, de sua autoria. Lauro Sodré foi escolhido para saudá-lo em nome da mocidade militar.

** Informações extraídas dos livros Atos dos Governadores I, II e III, escritos por Ribamar Castro, servidor da Imprensa Oficial do Estado*